

Constituinte, "um desastre ilegítimo"

"Um desastre." Esta é a definição que, do alto dos seus 94 anos, o professor Heráclito Sobral Pinto encontrou para o projeto de Constituição que a Comissão de Sistematização da Constituinte está aprovando e mandando para o plenário. Mas esta não é a maior crítica que um jurista de renome faz ao processo de elaboração da futura Constituição do Brasil.

Goffredo da Silva Telles, 72 anos, professor da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco há 47, considera a Constituinte "ilegítima" e acredita que haverá um movimento popular, comparável ao das diretas já e ao da campanha presidencial de Tancredo Neves pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte autêntica e exclusiva, assim

que a nova Constituição for promulgada. Em entrevista exclusiva ao repórter Gabriel Nogueira, da Sucursal do Rio de Janeiro, Sobral Pinto faz duras críticas ao texto do relator da Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) e lamenta o "nível baixo" e "os interesses pequenos" da Constituinte. Também num pronunciamento exclusivo, feito ao edi-

tor de Política de O Estado, José Nêumanne Pinto, Goffredo da Silva Telles se diz pessoalmente agredido com o "regime de chantagem" e a "República de faz-de-conta", denuncia a estatocracia que manda no Brasil e considera as "tinturas socializantes" do texto de Cabral prejudiciais ao desenvolvimento do País, "principalmente ao povo trabalhador".

Para Sobral, nível baixo e interesses pequenos

GABRIEL NOGUEIRA

"Um desastre." A frase seca é sobre a atuação da Constituinte. O autor é Heráclito Sobral Pinto, que chega aos 94 anos como um dos mais combativos e atuantes advogados brasileiros. Nesta entrevista, em seu escritório, no Rio, sentado em frente a uma escrivaninha que tem a sua idade, o doutor Sobral "espinafra" a Constituinte. Para ele, faltam juristas de estofa para alinhavar o texto: o nível é baixo e os interesses, pequenos.

"Esta Constituinte, basta dizer que ela está reunida desde março deste ano e até agora não tem praticamente nada votado. Isso num sistema em que o projeto ainda vai ser submetido a um plenário, o que serve para mostrar que os trabalhos não estão sendo corretos e bem orientados. Dentro dessas circunstâncias, o trabalho resultante não é capaz de gerar naqueles que desejam o progresso da Nação uma confiança em relação ao texto que vai sair."

Para Sobral, os constituintes atuais deveriam se inspirar mais na Carta de 1946, na sua opinião a mais completa já escrita no Brasil: "Em 46, levaram apenas cinco meses para fazer toda a Constituição". Sobral acha que o País vive uma fase muito parecida com a que antecedeu a de 46: está num clima de ausência de autoridade, necessitando de instituições fortes.

"O Brasil apenas cresceu. A mentalidade dos brasileiros não se alterou. Não tivemos nenhuma agitação ideológica. Vivemos, sim, num regime de indisciplina. Num clima destes, a Constituição de 46 poderia ser aproveitada de uma forma primorosa." Para esse homem de 94 anos, só há cegos no Congresso: "O povo escolheu mal. Há ausência de juristas de peso para alinhavar o texto. Há elementos que estão na Constituinte mas não deveriam nem

passar na porta. Foram eleitos homens de favela, por exemplo, que estão em busca de seus pequenos interesses. Eu não nasci em favela, mas sei o que é bom para o favelado. O que é que essas pessoas podem dar de contribuição para o País? Eles não estão em condições de ditar as regras políticas, jurídicas e morais da Nação. Não têm cultura nem a mentalidade necessária para isso".

Uma das coisas mais vergonhosas na atual Constituinte é a disputa pelos cargos públicos entre PFL e PMDB na opinião de Sobral Pinto: "A Carta que vai ser feita pode ser estragada por essas disputas pequenas. Constituinte não tem que ficar pleiteando cargos. Tem mais é que ficar cuidando do texto da Constituição. Se começa a pleitear cargos vem a luta, e aí não é função da Constituinte dar cargos a partidos políticos. Isso é um desastre. Um contra-senso".

Não é função da Constituinte dar cargos a partidos políticos. Isso é um contra-senso

O maior dos desastres que Sobral Pinto vê na Constituinte é a confusão: os parlamentares não sabem distinguir o que é matéria de legislação ordinária e o que é constitucional. "A Constituinte tem que se deter na organização dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário; na organização dos direitos individuais e políticos; no aparelhamento e aperfeiçoamento das relações entre o Estado e os cidadãos. Nesse projeto que fizeram aí, com mais de 400 itens, há uma salada muito grande".

Importante para Sobral Pinto, no entanto, não é o texto constitucional, e sim homens de fibra para fazê-lo cumprir. Sem querer apontar nomes, Sobral disse que a Constituinte está sendo dominada por chefes, grupos que querem agitação e movimentação, para "tomar o poder: são grupos sobretudo de esquerda". A movimentação e os sinais de descontentamento enviados pelos quartéis são para o jurista, apenas a reação de "meia dúzia" de oficiais que querem falar em nome da maioria do Exército, da Marinha e da Aeronáutica sem poder.

Segundo Sobral, o Brasil viveu ditaduras e regimes de agitação até o fim da ditadura Vargas, quando começou a ser feita a Constituição de 46. Os homens que a fizeram, lembra, mantiveram as leis sociais de Vargas e tudo o que era positivo: "Mantiveram o desejo de progresso industrial da Nação, resolveram dar inteira liberdade aos partidos e, principalmente, acataram todas as eleições, que são elementos fundamentais em qualquer Constituição".

A Constituição de 1946 — continua — foi verdadeiramente democrática. "Os homens é que não souberam cumpri-la. Nos governos Dutra e Kubitschek, o País vivia na tranquilidade." Com a renúncia de Jânio Quadros e a ascensão de João Goulart, começou a queda da Constituição de 1946. Na opinião de Sobral Pinto, os culpados foram os comunistas: "Com a morte de Vargas, o PTB passou a ser dominado por um homem sem condições, João Goulart. Prestes se aliou ao PTB. Com o PTB dirigido por um homem totalmente inexperiente. A gota d'água foi o comício, célebre, da sexta-feira de 13 março de 64. O Exército e os políticos que estavam no poder se assustaram e resolveram então dar um golpe. Isso deu em 20 anos de ditadura militar".

Rio/Agência Estado



Carlos Chicarini

Sobral acha que os constituintes não sabem distinguir Constituição de lei ordinária

Um advogado quase da idade da República

No velho e simples escritório da rua Debrét, 79, no Centro do Rio, a porta da sala 307 traz apenas uma inscrição: H. Sobral Pinto, Embaixador a profissão: advogado. Nascido três anos depois da Proclamação da República, em 1892, o mais antigo advogado em atividade do País completará 94 anos no dia 5 de novembro, quinta-feira que vem. Em dezembro, outro aniversário: 70 anos da formatura em Direito. Passar pela porta do escritório 307 é mais do que isso: é entrar na história da defesa dos direitos humanos no Brasil. Sobral Pinto sempre lutou contra a opres-

são, sem ligar para o credo, cor e filiação política do cliente. Tive clientes tão diferentes como Juscelino Kubitschek, Carlos Lacerda, Luis Carlos Prestes, Francisco Julião, Carlos Marighela e integralistas de Plínio Salgado. Em uma das suas defesas mais lembradas, foi advogado de nove chineses presos em 1º de abril de 1964, sob acusação de incitamento à subversão. Uma das principais provas era um baú, lacrado, tido como cheio de armas e objetos "subversivos". A acusação pensava que Sobral não teria coragem de desafiá-lo e regime militar recém-instalado e abrir o

baú. Mas foi o que ele fez. No seu interior, estavam apenas jornais velhos. Até hoje, religiosamente, o doutor Sobral, como é chamado, vai ao escritório. Atende seus clientes e dá conselhos para os seus assistentes e estagiários. Com a vista fraca pelo peso dos 94 anos, estuda os processos com a ajuda de uma lupa ou com alguém lendo. Questionado sobre por que ainda trabalha, à véspera dos 94 anos, responde: "Trabalhar requer coragem e esperança. Trabalho até hoje porque não tenho rendas. E por necessidade".

Goffredo prevê a volta do povo às ruas

JOSÉ NÊUMANNE PINTO

Do alto dos 47 anos de sua cátedra na mais famosa Faculdade de Direito do Brasil, a do Largo de São Francisco, em São Paulo, o jurista Goffredo da Silva Telles vaticina: "Esta Constituinte que está funcionando é ilegítima. Ela pode ser legal, ou seja, está dentro da lei. Mas não é legítima, pois o que legitima uma instituição é fato de ela atender aos anseios do povo e esta Constituinte, infelizmente, não atende aos anseios do Brasil".

No 13º andar do edifício da esquina das avenidas São Luís e da Consolação, o velho orador dos Arco-tem uma explicação para sua simplicidade: "O povo queria, ou melhor, o povo exigia uma Assembleia Nacional Constituinte, ou seja uma câmara exclusiva. Na verdade, não foi convocada uma Constituinte. O presidente da República decretou a transformação do Congresso Nacional em Constituinte. E isso é outra coisa".

O líder da Carta aos Brasileiros, constituinte de 1946 e professor de todos os advogados, juizes e promotores de São Paulo está disposto a voltar às ruas num movimento que ele considera inevitável. "Escreva aí, no dia em que esta nova Constituição for promulgada, nascerá um movimento pela convocação de uma Constituinte autêntica, não-congressual, para preparar a Constituição dos anseios da sociedade brasileira".

Aos 72 anos de idade, o professor de Direito não sabe se ainda tem idade para participar desta campanha como participou na luta pela diretas já quatro anos, ou na campanha presidencial de seu amigo Tancredo Neves, há três. Mas não tem nenhuma dúvida de que o movimento virá e junto com ele virão também comícios nas ruas pelas eleições. Gerais? "Muito provavelmente. Acontece que os atuais deputados, senadores e governadores podem argumentar que foram eleitos e têm mandatos a cumprir. Mas a eleição para presidente da República, eu diria, é quase inevitável, pois o dr. José Sarney é o único político que ocupa um cargo público e não foi eleito no Brasil hoje. E o último dos biônicos".

A questão dos mandatos também é discutível do ponto de vista da legalidade, na opinião do velho jurista. Segundo ele, "o mandato é uma figura jurídica perfeitamente definida. Define-se pela necessidade da outorga de poderes para determinado fim e a prestação de contas dos outorgados. Um deputado ou senador no Brasil não tem um mandato no stricto sensu e, em grande parte, o desprestígio em que têm caído os parlamentares no Brasil deve-se a isso. Quando alguém é eleito faz o que bem entende ou, simplesmente, não faz nada, depois não tendo como nem por que prestar contas".

Em sua biblioteca, o professor Goffredo costuma receber políticos de todos os matizes: são seus frequentadores o operário Luiz Inácio

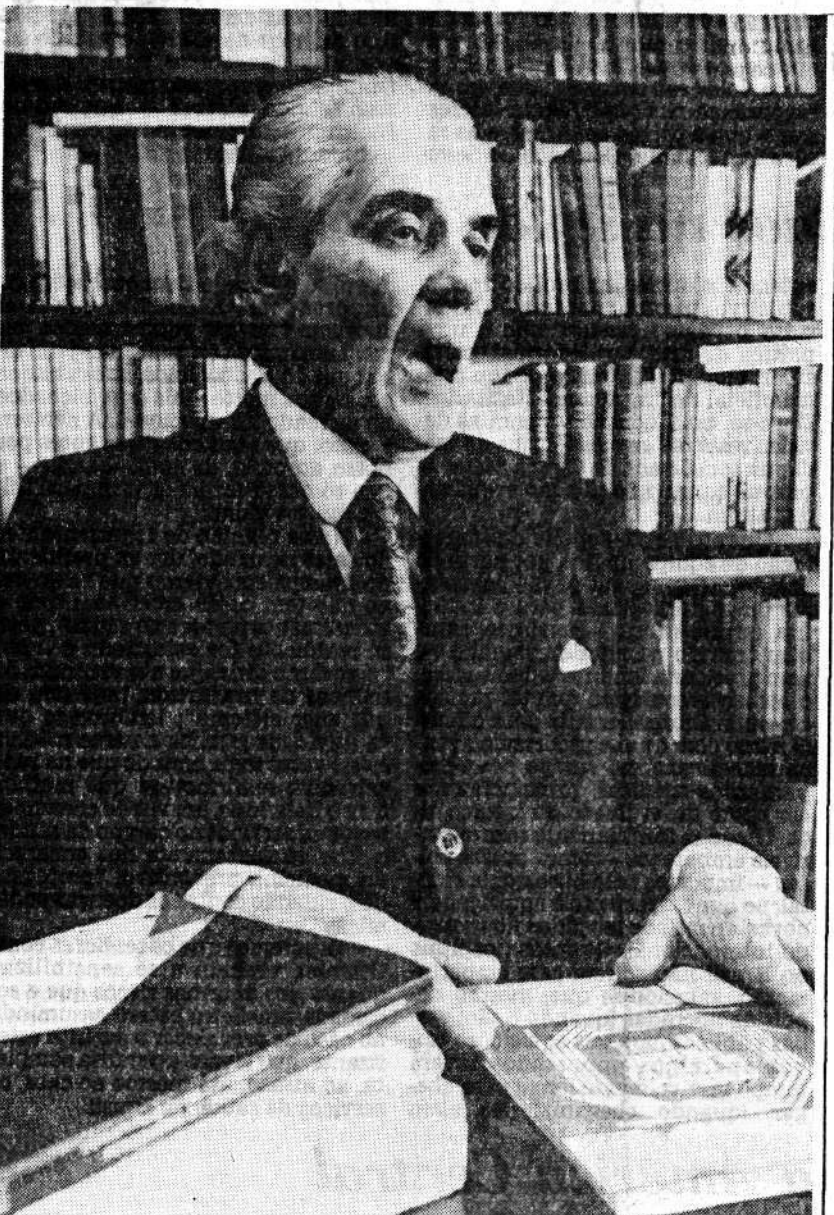
Lula da Silva e o empresário Guilherme Afif Domingos, ambos constituintes. A eles tem manifestado suas opiniões como sempre explosivas: é a favor das eleições gerais, apesar de acreditar que elas dificilmente sejam convocadas. "Seria uma forma de legítima isso tudo", explica.

E é cada vez mais contra o governo instituído. Define-o com palavras duras: "República do faz-de-conta", pelo hábito que os governantes têm de mentir, enganar o povo com palavras que não correspondem à ação, é uma expressão de sua preferência. Outra é "regime de chantagem", pois não aceita a pressão permanente das elites no poder, trocando benesses por favores específicos na elaboração da Constituinte ou na confecção das leis ordinárias. "Aliás, gostaria de lembrar uma coisa: isso que funciona no prédio do Congresso é o Congresso e cuida de leis ordinárias. Uma Constituinte cuida do estatuto do governo, a lei suprema, de modificação muito difícil. Uma coisa nada tem a ver com a outra", ele arremata. Isso tudo somado aos 30% de votos nulos e brancos e ao fato de o povo não ter sido avisado de que estava votando para uma Constituinte ajuda o professor na argumentação da ilegitimidade da Constituinte.

"No dia em que a nova Constituição for promulgada, nascerá o movimento por uma Constituinte autêntica"

Quando o interlocutor lhe pergunta qual a diferença entre 1946, quando também funcionou um Congresso Constituinte, e agora, ele é fulminante: "O Brasil de 1946 era muito diferente do Brasil de hoje em vários sentidos, principalmente num: em 46, o Congresso não funcionava, não havia partidos sedimentados junto à opinião pública, ou seja, não havia vida política. O povo votou em constituintes e não em parlamentares. Agora é muito diferente: tudo funciona, parlamentos e partidos. O povo votou em parlamentares e o Congresso estava dando uma triste demonstração de incompetência. Por isso, houve tantos votos brancos e nulos".

Aos que o procuram em sua biblioteca, um andar acima do apartamento onde mora, o professor observa também que "as tinturas socializantes" (caso da estabilidade no emprego e também da jornada de trabalho de 44 horas semanais) da Constituinte, "dentro de um regime de capitalismo desbragado, frequentemente degeneraram em soluções contra os pobres e contra os trabalhadores. A própria opção pelos pobres, fundada numa intenção nobre, dá muitas vezes um resultado contrário ao que se deseja, exatamente porque as medidas tendem a ser demagógicas. Num país como o Brasil, interessa enriquecer os pobres. Para que isso aconteça, é preciso primeiro enriquecer o País. Para enriquecer o País, é necessário



João Pires

Goffredo acredita em diretas para presidente em 88

Ele já viu de tudo um pouco

Aos 72 anos, casado pela segunda vez, pai de dois filhos, o paulista Goffredo da Silva Telles pode dizer que já viu de tudo um pouco em sua vida. Quando era menino, via a avó sair da casa onde nasceu (na esquina da avenida Duque de Caxias e da rua Conselheiro Nébias, onde hoje está o Hotel Comodoro) sair a cavalo para passear pelo bairro dos Campos Elíseos. Aos sete anos ouvia de casa o tiroto de revolução de 1922 nas proximidades do palácio do governo, que ficava perto de sua casa. Lembra-se das reuniões políticas na casa de seu pai, que foi prefeito de São Paulo depois dos 30 e serviu, na revolução constitucionalista de 32, sob o comando do então coronel Euclides de Figueiredo, pai do ex-presidente João Figueiredo. Aos 19 anos foi vereador e aos 27 constituinte de 1946. Escreveu dois projetos de Constituição (nos governos militares Costa e Silva e Médici) e participou de todos os

movimentos públicos contra o regime autoritário de 1964. Foi o principal autor da Carta aos Brasileiros, ponto de partida do movimento cívico que explodiu na campanha pelas diretas já e terminou com a candidatura vitoriosa de Tancredo Neves à Presidência da República. Político militante desde menino, não está fadado a nenhum partido político e não voltou à Câmara dos Deputados em 1959 porque queria voltar mesmo era para a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, "minha academia". Lá se formou, lá lecionou durante 45 anos, considera-se há 47 anos parte integrante dela, até porque lhe foi concedido o título de professor emérito. Seus ídolos políticos são pensadores e não praticos: reverencia a memória de Jean-Jacques Rousseau e de Emanuel Kant, que muito o influenciaram. Considera-se um revolucionário e também um idealista.

cuidar de favorecer, ao máximo, as grandes fontes da produção nacional, em vez de perseguí-las, como frequentemente acontece. Além de apoiar, no que for possível, os grandes setores produtivos nacionais, é preciso também dar força aos centros de cultura autêntica do Brasil".

Constituinte da cidade de São Paulo em 1934, quando tinha 19 anos e acabava de participar da primeira eleição de sua vida, e constituinte em 1946, que recebeu a segunda maior votação do País, aos 31 anos, Goffredo da Silva Telles diz estar agora assistindo a um espetáculo dramático, protagonizado pelo trabalhador brasileiro. Ele acha que o final do espetáculo só será feliz se se cuidar fundamentalmente de dois problemas graves: o desenvolvimento e a representação popular. Ele acha que as elites políticas estão sentadas sobre a tampa de aço de um caldeirão que ferve e a qualquer momento pode explodir.

Ele lembra que toda a sua vida foi dedicada ao idealismo e o quadro a que assiste no momento é dantesco: "É uma vergonha. Eu me sinto pessoalmente agredido quando leio as últimas notícias políticas. A corrupção não tem mais medida". Na sua opinião, a Nova República não apenas não alterou o velho vício do clientelismo e do patrimonialismo na política brasileira, como até mesmo o agravou.

"Isso tudo cria um clima insustentável de casuismo. As soluções que têm sido apresentadas nos jornais nos dão a impressão de serem soluções que procuram adular um possível eleitorado, mais do que aquelas que atendem aos verdadeiros interesses do Brasil. Aliás, o que tem caracterizado a nossa política é o fato de vivermos numa República do faz-de-conta. O que se diz não corresponde ao que realmente é. Vivemos numa espécie de estatocracia que procura se manter a qualquer preço. Temos verificado que o governo se apresenta como o dono da verdade, capaz de solucionar os problemas nacionais, só que não consulta nunca ninguém. Isto é perfeitamente demonstrado pela chusma de decretos-leis sobre estes mesmos problemas fundamentais, quando de fato neles são versadas questões que só poderiam ser objeto de leis. Existe uma diferença enorme entre uma lei e um decreto-lei. A lei é processada no Congresso Nacional, e por isso, submetida à crítica de maiorias e de minorias. O assunto é tratado em público. O decreto-lei exprime apenas a vontade do presidente da República e entra em vigor imediatamente, começando a produzir os seus efeitos na data da publicação. Embora o decreto-lei tenha de ser submetido à aprovação do Congresso Nacional, todos sabem que essa medida tem um valor puramente teórico", comenta o professor Goffredo da Silva Telles.

O jurista queixa-se também de que "frequentemente as declarações do governo são mentiras deslavadas que nada coincidem com o que todos nós, homens do povo, sabemos e vivemos. Esta estatocracia

se revela por um governo que é um criador permanente de desastres por meio de decretos-leis inconstitucionais. Os próprios planos econômicos são despejados sobre a Nação sem o prévio debate parlamentar, sem consulta às autoridades competentes e sem lei, muito pelo contrário, contra a lei. Vivemos sob um regime dominado por uma tecnocracia demagógica, cortejadora de opinião despreparada do povo (como aconteceu no começo do primeiro Plano Cruzado), mas criadora de despenseiros por onde despensa o País".

"Quando alguém é eleito faz o que bem entende ou, simplesmente, não faz nada"

Filho de um ex-prefeito de São Paulo (Goffredo Teixeira da Silva Telles, que se exilou em 1932 por ser um constitucionalista revolucionário), revolucionário até hoje e esquerdista confesso, o professor de Direito acha que o grande desafio para os constitucionalistas neste momento, no mundo inteiro, é responder ao problema de representação popular. Ele acha que o parlamento, forma de representação da democracia clássica, é necessário, mas não suficiente. Ele mesmo, por exemplo, tem proposto a criação de representação paralela ao Congresso, formada por pessoas com o que ele chama de "mandato imperativo".

Ele dá um exemplo: os representantes dos sindicatos poderiam ganhar missões específicas e depois serem cobrados por aqueles mesmos que os escolheram dentro da definição jurídica do "mandato". Essa idéia está no universo daquilo que o professor Goffredo define como "corporativismo moderno", que nada tem a ver com as antigas Câmaras Corporativas, que, em sua opinião, fracassaram porque eram verdadeiras torres de Babel: cada um falava de sua corporação e todos os outros nada entendiam daqueles problemas de uma corporação específica. "O momento é de criação. É preciso inventar. Não é mais possível permanecermos no impasse puro e simples", disse.

Professor emérito da Faculdade de Direito da USP, Goffredo da Silva Telles insiste num ponto: perdeu-se uma grande oportunidade de se começar um novo período constitucional "mais aderente às exigências de um País voltado para o desenvolvimento e para o futuro", quando se deixou de lado a oportunidade de inovar, convocando uma Assembleia Nacional Constituinte, e inventando-se um "Congresso Constituinte" convocado por decreto presidencial, para manter tudo como está. "É preciso encontrar canais de representação para o povo, sob pena de todas as enormes insatisfações, que resultam em greves, protestos nos diversos setores de produção, façam o caldeirão explodir", conclui.